



Representação Parlamentar
Partido Popular Monárquico – Açores

Declaração Política

(Falta cumprir o 25 de Abril nos Açores)

Senhor Presidente
Srs. Deputados
Srs. Presidente e Membros do Governo

Nasci em 1968, o ano em que o Dr. Salazar caiu da cadeira. Não vivi assim, pelo menos de forma consciente, as agruras da ditadura. No entanto lembro-me bem do ambiente de desigualdade e injustiça social que se vivia no início da década de setenta em Portugal.

Lembro-me dessa desigualdade entre as crianças na escola e na catequese. Dum lado os ricos – pouco numerosos e distantes – e do outro a imensa maioria dos remediados e dos pobres. Olhávamo-nos à distância. Pertencíamos a dois mundos, mutuamente visíveis mas quase sem contacto afectivo. Era assim, no Portugal continental e insular da década de setenta.

Depois, lembro-me de ter integrado os bandos de rapazes e raparigas que cantavam nas ruas as canções da revolução. Éramos felizes pela simples razão que quase todos pareciam felizes. Passei, por isso, a infância toda a ouvir falar na liberdade e na igualdade.

Durante anos nunca perdi a reposição televisiva das imagens da revolução. Gostava de ter estado lá de forma mais consciente. Gostava de ter vivido um pouco mais daquela utopia. Nunca vi, e penso que não voltarei a ver, as pessoas tão optimistas e tão profundamente solidárias.



Representação Parlamentar
Partido Popular Monárquico – Açores

Senhor Presidente
Srs. Deputados
Srs. Presidente e Membros do Governo

Passaram-se trinta e cinco anos sobre o 25 de Abril. As imagens da revolução desvaneceram-se com o tempo. O tempo demonstrou que nenhuma ideologia política está isenta de erros e contradições. As que prometiam libertar o homem da exploração por parte de outros homens, falharam estrondosamente.

Por detrás de muros mais ou menos espessos, cometeram-se enormes injustiças e violências em nome da igualdade. Esses homens nunca foram iguais. O pior é que também não os deixaram ser diferentes. A resposta não está, em definitivo, no lado dos politeístas adoradores do Estado absoluto e dos seus sucedâneos.

Nestes trinta e cinco anos, o capitalismo continuou imerso nas suas profundas contradições. Cria riqueza, mas gera um conjunto de desigualdades inaceitáveis entre os homens. Intercala períodos de prosperidade com crises económico-sociais mais ou menos profundas.

Conquistas que resultaram de décadas de lutas laborais esfumaram-se em curtíssimos períodos de tempo. Não, o mercado não tem uma mão invisível. Não, o melhor estado não é aquele que não existe. Não, a privatização de tudo não é a solução. Não, Deus não existe no mercado.

A resposta, a melhor resposta, talvez esteja no fim dos dogmas e na convicção de que a história jamais terminará enquanto os homens continuarem a povoar este planeta.

Descobriremos, certamente, novas soluções. Aprenderemos a escrever junto de mercado, a palavra Estado. Escreveremos junto de mercado, a palavra regulamentação. Escreveremos junto de especulação, a palavra condenação. Escreveremos junto de sociedade, a palavra solidariedade. Escreveremos junto de



Representação Parlamentar
Partido Popular Monárquico – Açores

ambiente, a palavra futuro. Escreveremos junto de homem, as palavras igualdade e fraternidade.

Senhor Presidente
Srs. Deputados
Srs. Presidente e Membros do Governo

Enquanto o futuro não chega, dediquemos a nossa atenção ao presente dos nossos Açores. Sim, porque a minha justa ambição não é mudar o mundo, mas sim mudar os hábitos, as práticas e os defeitos do regime que nos governa.

Tarefa impossível e muito para além da curta capacidade humana de mudar, dirão alguns. Atrevo-me a concordar com eles, no entanto alguma coisa terei de fazer – ou tentar – nestes tempos que aqui estou.

Os Açores ganharam com o 25 de Abril uma justa, ainda que curta, autonomia. Aqui chegou o sistema parlamentar. Chegou a unidade política dos Açores. Chegou uma administração mais próxima do Povo e alcançaram-se alguns progressos nas condições de vida das populações. Estes últimos eram expectáveis, uma vez que partíamos, em quase todos os indicadores económicos e sociais, de valores extremamente baixos.

No entanto, a revolução da igualdade falhou espectacularmente nas áreas em que era proibido fazê-lo. Trinta e cinco anos depois do 25 de Abril, os Açores continuam a ser uma das regiões da Europa com maiores desigualdades sociais. Os ricos são cada vez mais ricos e a distância relativa entre estes e grande parte da população nunca foi tão grande. Treze anos de poder socialista não mudaram nada nesta área.

O partido socialista não mudou a estrutura social açoriana. Pelo contrário, os resultados da sua governação apenas acentuaram as piores debilidades da sociedade açoriana. Foi assim



Representação Parlamentar
Partido Popular Monárquico – Açores

que, em poucos anos, o Governo do partido socialista vulnerabilizou a já de si reduzida classe média açoriana.

Sem classe média, não existem possibilidades de mobilidade social, pela simples razão de que não existem elevadores nos mecanismos de ascensão social. Estes, pura e simplesmente, não funcionam sem paragens intermédias entre a base e o topo da pirâmide social.

Em termos de estrutura social assemelhamo-nos muito mais ao mundo latino-americano que a qualquer país da Europa Ocidental. Talvez a pergunta aqui não seja quem quer ser milionário. Pragmáticos como são os açorianos, a pergunta correcta é: como chegar ao final do mês?

Evidentemente que o Presidente César não sabe responder. Como não sabe a resposta, o Presidente Carlos César também não quer que lhe façam a pergunta. É aí que eu entro: que faz o Governo Regional para combater esta crise? Na ausência de qualquer reacção, respondo eu: Muito pouco ou coisa nenhuma!

Depois temos a liberdade. Também aqui os ideais de Abril estão por cumprir. Depois de trinta e três anos do exercício do poder autonómico, a constatação é fácil de fazer. Os presidentes dos governos regionais são uma casta de invencíveis, tal como o foram os antigos dirigentes do Estado Novo. Além disso, são como as pilhas duracell: duram, duram, duram e duram.

O defeito óbvio deste sistema político é que a única coisa que os tomba da cadeira é o tédio ou a vontade de mudar de ares. As liberdades públicas, durante a vigência do actual governo, tiveram a sua primavera marcelismo entre 1996 e 1998. Daí para cá, para discordar do Presidente do Governo Regional, Carlos César, é necessária uma de três coisas: coragem, loucura ou imunidade parlamentar.

Senhor Presidente
Srs. Deputados



Representação Parlamentar
Partido Popular Monárquico – Açores

Srs. Presidente e Membros do Governo

Finalmente, falta falar do maior mito da política açoriana durante estes treze anos de consulado socialista: a política de coesão. Esta foi e continua a ser um desastre. O pior rombo de uma nau que mete água por todo o lado.

A ilha do Corvo é, infelizmente, um exemplo extremo deste estado de coisas. Neste âmbito, lanço-vos os seguintes desafios:

Os que não acreditam que na nossa Região existem dezenas de crianças e jovens que não possuem a possibilidade de jogar e sonhar vir a ser como o Ronaldo num campo aberto de futebol durante o Verão; visitem a ilha do Corvo.

Os que não acreditam que na nossa Região existe uma lixeira a céu aberto em plena Reserva da Biosfera da UNESCO; visitem a ilha do Corvo. Se observarem com atenção poderão ver os 750 mil euros do Aterro Sanitário do Corvo a esfumarem-se e, na mesma neblina, poderão ver a frota fantasma de navios flibusteiros transportadores de lixo comandada pelo Secretário Francis Álamo.

Os que não acreditam que uma das ilhas da nossa Região não possui nenhuma forma de protecção do seu rico património cultural – um museu ou um Centro de Interpretação Ambiental a funcionar – desde a fundação da autonomia; visitem a ilha do Corvo.

Se o Vice-Presidente do Governo Regional não acredita que o edifício que inaugurou em 2007 só abriu no dia da inauguração; visite a ilha do Corvo.

Senhor Presidente
Srs. Deputados
Srs. Presidente e Membros do Governo



Representação Parlamentar
Partido Popular Monárquico – Açores

Se vos custa a acreditar que as crianças e jovens do Corvo nunca tiveram a oportunidade de aprender música com um professor habilitado na área; visitem a ilha do Corvo.

Para os que não acreditam que as despesas projectadas para a juventude, numa ilha em que a prioridade é manter a população jovem, são inexistentes; leiam o orçamento.

Os que não acreditam que grande parte dos edifícios classificados de uma ilha dos Açores estão em ruínas sem que nada se faça; visitem a ilha do Corvo.

Os que não acreditam ser possível criar Reservas da Biosfera e Parques Naturais e deixar tudo no papel e na mão da Santa Providência; visitem a ilha do Corvo.

Os que não acreditam que os utentes do Barco Ariel não podem comprar com antecedência os bilhetes da viagem e tem de fazer fila, ao vento e à chuva, desde as cinco ou seis da manhã; visitem a ilha do Corvo;

Os que não acreditam que os jovens e velhos doentes da ilha do Corvo vivem debaixo da tirania de um médico do qual dependem – por não haver outro – totalmente em questões de saúde; visitem a ilha do Corvo;

Os que não acreditam que as deslocações de médicos especialistas podem quase não existir numa ilha desta Região; visitem a ilha do Corvo;

Os que não acreditam que, seis meses depois de se iniciar esta legislatura, a Delegação da Assembleia Legislativa Regional da ilha do Corvo continua sem existir, apesar da garantia estatutária existente e das promessas de empenho; visitem a ilha do Corvo.

Por fim, dado que o stock de negligências deste Governo Regional na ilha do Corvo é praticamente inesgotável, dou por finda esta intervenção, não sem antes desejar que um dia o espírito do



Representação Parlamentar
Partido Popular Monárquico – Açores

25 de Abril de 1974 chegue à Região e a liberdade de todos os indivíduos volte a ser inviolável.

Apesar de tudo continuo a acreditar que o principal objectivo de um Estado decente é fornecer a todos os indivíduos iguais oportunidades. Sejam brancos ou negros. Vivam onde viverem. Mesmo que seja numa ilha chamada Corvo.

Disse!

O Deputado do PPM

(Paulo Estêvão)